



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS ESTATÍSTICAS PARA O ESTUDO DA **VIOLÊNCIA INFANTO JUVENIL NO ESTADO DA BAHIA**

Rute Cordeiro de Oliveira¹; Magali Teresopolis Reis Amaral²

1. Rute Cordeiro de Oliveira, PIBIC/CNPq, MATEMÁTICA, e-mail: oliveirarute.mat@gmail.com

2. Magali Teresopolis Reis Amaral, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS, e-mail: mteresopolis@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Infantojuvenil; Bahia

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é reconhecida como grave problema de saúde pública e violação de direitos humanos, onde não há distinção nos afetados (OMS, 2002; UNICEF, 2025). Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que cerca de um bilhão de crianças no mundo sofrem alguma forma de violência, como maus-tratos, castigos corporais, abuso físico, psicológico e sexual, onde, muitas vezes, são invisibilizados pela subnotificação (ONU, 2024).

No Brasil, o Atlas da Violência aponta crescimento das notificações entre 2013 e 2023, refletindo o agravamento do problema e reforçando a necessidade de estudos regionais (CERQUEIRA, 2025). Inclusive, o estado da Bahia se destaca com um elevado número de denúncias, revelando um cenário de vulnerabilidade infantojuvenil que carece de atenção específica.

O objetivo deste estudo foi analisar manifestações de violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes no estado da Bahia, entre 2014 e 2024, a fim de subsidiar políticas públicas de enfrentamento.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Trata-se de estudo ecológico baseado em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), obtidos no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram incluídas notificações de violência doméstica/intrafamiliar contra crianças (0-9 anos) e adolescentes (10-19 anos), registradas na Bahia entre 2014 e 2024. As variáveis analisadas são: características as vítimas (sexo, idade, raça/cor), do agressor (grau de parentesco) e da agressão (local de ocorrência). Para análise, utilizou-se regressão Binomial Negativa, adequada para dados de contagem com sobredispersão, estimando razões de prevalência (RP) com intervalos de confiança de 95%.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Foram registrados 732 casos no período estudado, com crescimento progressivo ao longo dos anos. A maioria das vítimas eram pardas (41,5%) e pretas (30,6%), confirmando maior exposição à violência por desigualdades raciais. Crianças apresentaram 25% mais prevalência de casos que adolescentes, revelando maior vulnerabilidade em idades precoces. O sexo feminino foi o mais atingido (58,1%), com RP=1,52 em relação ao masculino. Quanto ao local, 60,8% das agressões ocorreram em residências e, em relação ao perfil do agressor, destacaram-se pais e mães como principais perpetradores.

Tabela 1: Características sociodemográficas das vítimas e perfil dos agressores.2014–2024

Variáveis	N	%
Ano(2014-2024)	732	100
Faixa etária		
Criança	350	47,8
Adolescente	382	52,2
Agressor		
Mãe	214	29,2
Pai	217	29,6
Madrasta/Padrasto	163	22,3
Cônjuge	138	18,9
Raça		
Preto	224	30,6
Pardo	304	41,5
Branco	204	27,9
Sexo		
Feminino	425	58,1
Masculino	307	41,9
Local		
Residência/ Habitação coletiva	445	60,8
Outros	287	39,2

A Tabela 2 apresenta as estimativas dos parâmetros do modelo de regressão de Binomial Negativa aplicado ao número de crianças e adolescentes vítimas de agressão no Estado da Bahia, entre os anos de 2014 e 2024. O modelo identificou associações estatisticamente significantes entre diversas covariáveis e o número de vítimas, utilizando como medida de efeito a razão de prevalência (RP) com os respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%).

Em relação à faixa etária, crianças apresentaram 25% mais prevalência de casos em comparação a adolescentes (RP = 1,25; IC: 1,09–1,44; p = 0,002), indicando maior vulnerabilidade nas idades mais precoces. Quanto ao perfil do agressor, casos envolvendo pais (RP = 0,75; IC: 0,60–0,95; p = 0,016) e madrastas/padrastos (RP = 0,34; IC: 0,27–0,44; p = 0,000) apresentaram menor razão de prevalência em relação ao grupo de referência (cônjuges). Embora os casos em que a mãe foi a agressora tenham apresentado uma razão de prevalência menor (RP = 0,84), o resultado não foi estatisticamente significativo (p = 0,176). Na variável raça, observou-se que vítimas pardas apresentaram uma razão de prevalência 5,85 vezes maior (IC: 5,09–6,72; p = 0,000) e vítimas pretas, 1,48 vezes maior (IC: 1,27–1,72; p = 0,000) em relação às vítimas brancas, evidenciando disparidades raciais na ocorrência das agressões. O sexo feminino foi associado a uma prevalência 52% maior (RP = 1,52; IC: 1,33–1,74; p = 0,000) de casos em comparação ao sexo masculino, reforçando o padrão de maior vulnerabilidade de meninas já identificado em estudos anteriores. Quanto ao local de ocorrência, os episódios registrados em residências ou habitações coletivas apresentaram uma razão de prevalência quase três vezes maior (RP = 2,98; IC: 2,62–3,39; p = 0,000) em relação a outros ambientes, confirmando o caráter doméstico das agressões. Por fim, a variável ano também foi significativa (RP = 1,11; IC: 1,09–1,13; p = 0,000), indicando um aumento anual na prevalência de casos ao longo do período analisado. Essas análises reforçam que a violência intrafamiliar ocorre majoritariamente no espaço doméstico, tornando um local, que deveria ser seguro, em um ambiente de risco. Observou-se ainda subnotificação, que pode ser decorrente de falhas no sistema e do silêncio das vítimas. A análise confirma a necessidade de políticas públicas intersetoriais, campanhas educativas e fortalecimento da rede de proteção.

Tabela 2: Estimativa dos parâmetros do modelo de Binomial Negativa para o número de crianças e adolescentes agredidas no Estado da Bahia no período de 2014 a 2024.

Parâmetro	p-valor	RP	IC 95%	
			Inferior	Superior
Faixa etária				
Criança	0,002	1,25	1,09	1,44
Adolescente		1		
Agressor				
Mãe	0,176	0,84	0,65	1,08

Pai	0,016	0,75	0,60	0,95
Madrasta/Padrasto	0,000	0,34	0,27	0,44
Cônjuge		1		
Raça				
Preto	0,000	1,48	1,27	1,72
Pardo	0,000	5,85	5,09	6,72
Branco		1		
Sexo				
Feminino	0,000	1,52	1,33	1,74
Masculino		1		
Local				
Residência/ Habitação coletiva	0,000	2,98	2,62	3,39
Outros		1		
Ano	0,000	1,11	1,09	1,13

Fonte: SINAN

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

O estudo evidenciou uma maior vulnerabilidade de crianças, meninas e populações racialmente marginalizadas à violência doméstica/intrafamiliar infantojuvenil no estado da Bahia entre 2014 e 2024. A residência foi o principal local de risco e os cuidadores, frequentemente, os agressores. Conclui-se uma urgência de ampliação de políticas públicas, aprimoramento na qualificação de notificações e investimento em ações de prevenção e cuidado, especialmente para melhorar a qualidade de vida dos grupos vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro Coordenador et al. Atlas da violência 2025.
KRUG EG et al., eds. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.
ONU News Brasil. Brasil reforça compromisso com proteção de crianças e adolescentes contra violência. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/11/1840356>. Acesso em: 31 ago 2025.
UNICEF et al. Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências. Unicef Brasil, 2024.